

# ALFABETIZAÇÃO E EVIDÊNCIAS

---

## LITERACY AND EVIDENCES

**Hilda Micarello**

*Pós-doutora em Educação pela PUC-Rio  
Professora associada da faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora  
Pesquisadora do CAED – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – da  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
hilda.micarello@uab.ufjf.br*

Em agosto último o Ministério da Educação lançou, em Brasília, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), oportunidade na qual tornou público um caderno de apresentação da referida política. Na apresentação do material está dito que o grupo dedicado ao tema da alfabetização na atual gestão do MEC, que instituiu uma Secretaria de Alfabetização com base em Evidências, “estudou experiências exitosas de estados e municípios brasileiros, bem como de outros países que formularam suas políticas públicas de alfabetização com base em evidências científicas e melhoraram os indicadores não só de leitura e escrita, mas também de matemática.” (BRASIL, 2019) O referido caderno dedica uma primeira parte a apresentar dados de avaliações sistêmicas que sustentam a afirmação de que persistem, no Brasil, os problemas relacionados à aprendizagem da leitura e da escrita e dedica uma página e meia a apresentar um histórico dos relatórios sobre alfabetização no Brasil e no mundo.

A ênfase da PNA no tratamento do tema da alfabetização com base em evidências científicas contrasta com o diálogo insipiente do documento com um importante conjunto de evidências que o Brasil vem produzindo sobre a alfabetização com base nas próprias políticas do Ministério da Educação das últimas décadas, em especial as avaliações sistêmicas da alfabetização. Na condição de pesquisadora do campo e de assessora do INEP na elaboração das avaliações do SAEB para a alfabetização – Provinha Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e, mais recentemente, SAEB 2º ano – tenho acompanhado e participado, ao longo de pelo menos duas décadas, de várias reuniões com especialistas da área para a discussão do desenho dessas avaliações. Chama a atenção, entretanto, a carência de estudos e pesquisas que se debruçam sobre seus resultados para além de uma análise da distribuição percentual dos estudantes pelos níveis de proficiência ou perfis de alfabetização. O uso desses percentuais para traçar um diagnóstico

de (in) sucesso da alfabetização nacional obscurece a necessidade de uma análise mais acurada dos dados das avaliações, de modo a construir diagnósticos mais precisos sobre COMO os estudantes brasileiros estão se alfabetizando e sobre as condições de que os docentes dispõem para realizar as intervenções pedagógicas necessárias a esse processo. Os questionários contextuais que acompanham as avaliações da alfabetização no Brasil são ainda um território a ser explorado pelas pesquisas e mesmo os dados das avaliações cognitivas têm sido sub utilizados pelo INEP, enfraquecendo o potencial diagnóstico desses instrumentos.

Ao longo das últimas décadas as avaliações sistêmicas têm avançado com relação ao rigor científico de suas metodologias de construção dos testes e análise de seus resultados. No campo da alfabetização houve um percurso importante da Provinha Brasil (avaliação diagnóstica cujos resultados eram aferidos pelos próprios professores e pelas escolas) para a ANA, avaliação censitária da alfabetização com o objetivo de monitorar o alcance das metas do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), cujos resultados são produzidos com base na TRI – Teoria da Resposta ao item – modelo estatístico utilizado pelas avaliações sistêmicas de vários países e que permite comparabilidade dos resultados ao longo do tempo e análises que colocam, numa mesma métrica, os testes e os estudantes que os realizam. No plano das avaliações da escrita, centenas de especialistas são envolvidos, a cada edição da avaliação, na correção dos itens que compõem os testes com base em chaves de correção cuja elaboração demanda exaustivo processo de análise das escritas dos estudantes de modo a definirem-se parâmetros comuns para a correção dos itens de escrita de palavras e textos. Esses esforços, levados a termo sob a coordenação do INEP/MEC e com a participação das Universidades que integram os consórcios que se dedicam à correção das avaliações, ficam obscurecidos pela divulgação de percentuais de distribuição dos estudantes por padrões de desempenho. Os itens que compõem os testes, tanto das avaliações de leitura quanto da escrita, são pré-testados e validados por meio de laboratórios cognitivos nos quais se observa como os estudantes interagem com os itens que, posteriormente, integrarão as avaliações nacionais. Nesse processo, mais evidências são produzidas sobre como os estudantes estão se apropriando da leitura e da escrita e, ainda, sobre como interagem com os testes que avaliam as habilidades envolvidas nesse processo.

Para além dos dados produzidos por meio dos testes cognitivos, as avaliações da ANA foram acompanhadas por questionários contextuais que apresentam evidências importantes sobre as condições de oferta da educação pelos sistemas como, por exemplo, a existência de salas de leitura nas escolas e de cantinhos de leitura nas salas, a formação dos professores,

o estilo de gestão, dentre outras evidências.

Uma terceira fonte importante de evidências sobre a alfabetização dizem respeito ao PNAIC. No âmbito do Programa, os diferentes atores envolvidos produziram farta documentação, que abarca desde a percepção dos atores sobre o processo até as práticas desenvolvidas pelos docentes e a percepção destes sobre a efetividade do trabalho realizado para a melhoria das aprendizagens em leitura, escrita e matemática dos estudantes. Teses e dissertações têm sido elaboradas sobre diferentes dimensões do Programa: percepções dos atores; efetividade do modelo de pactuação entre os entes federados na promoção de mudanças substanciais nas condições de oferta da alfabetização; natureza das mudanças das práticas pedagógicas a partir da frequência dos docentes à formação, dentre outros aspectos. Essa já vasta produção é uma fonte importante de evidências produzidas com base em pesquisas desenvolvidas em diferentes universidades públicas, com verbas públicas, que precisa ser considerada quando se deseja traçar um diagnóstico sobre a alfabetização no Brasil.

Dado o exposto, o argumento que se deseja defender neste texto é o de que hoje dispomos de muitas evidências sobre a alfabetização, produzidas com base em políticas públicas, com recursos públicos, que precisam ser consideradas quando o objetivo é o desenho de alternativas para os problemas relacionados à aprendizagem da leitura e da escrita que ainda desafiam a educação brasileira e seus pesquisadores. Há muitos dados, hoje produzidos, que demandam análise e muitas análises já realizadas que demandam leitura e articulação. Temos a aprender com as experiências internacionais, temos com elas dialogado nos estudos sobre o tema. Mas é necessário considerar o trajeto já percorrido no contexto brasileiro, sob pena de “jogarmos fora o bebê com a água do banho”, usando, aqui, por empréstimo, a expressão usada por Sônia Kramer e Fernanda Nunes, em texto do ano de 1995, mas muito atual, para fazer referência a políticas de formação de professores que desconsideram a história construída por esses profissionais. Temos, também, uma história sobre da alfabetização no Brasil construída por meio das políticas públicas e com a participação de gestores, professores e pesquisadores. Essas são as evidências que convocam a leitura atenta dos profissionais e pesquisadores da área.

## Referências

NUNES, M. F. R.; KRAMER, Sonia . *Teorias do Conhecimento de Piaget a Vygotsky e Alfabetização: o bebê e a água do banho*. In: Sonia Kramer. (Org.). *Leitura e escrita – formação de professores em curso*. 1ªed. Rio de Janeiro: Papéis e cópias, 1995, v. , p. 121-133.